

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA) COM EDUARDA ESPOSITO
luanapatriolino.df@dabr.com.br

Salvador dos extremistas

Ainda não está claro para a Polícia Federal o que levou o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvanei Vasques a escolher El Salvador como o destino final de seu roteiro de fuga mirabolante, nem onde ele se instalaria, caso conseguisse escapar das autoridades. Pequeno e com pouca relevância no cenário político internacional, o país ganhou destaque com a ascensão da extrema direita nas últimas eleições e recebeu atenção especial do bolsonarismo. Para o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o chefe de Estado salvadorenho Nayib Bukele tornou-se queridinho por suas ideias extremistas e desalinhadas aos direitos humanos. Com uma carta de opções como EUA, Argentina e Hungria, o condenado também tinha receio de não conseguir o asilo adequado por causa de repercussão mundial do julgamento da trama golpista.

Um dos fatos que agrada os extremistas é o fato de que El Salvador montou um complexo presidiário que atende à lógica ultradireita de "prisão dura" e passou a receber inúmeros voos de deportação vindos dos Estados



Unidos. Em novembro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu prisão perpétua no Brasil e elogiou o modelo de Bukele. No mesmo mês, um relatório da Human Rights Watch e do grupo

de direitos humanos Cristosal alegou que dezenas de venezuelanos deportados para uma cadeia salvadorenha foram submetidos à tortura e a outros abusos graves, incluindo violência sexual.

Brasil indefeso

Por sua larga experiência e décadas de atuação na PRF, Silvanei Vasques conhecia todas as brechas das fronteiras para que pudesse escapar. Na avaliação do embaixador aposentado Jorão Dauster, a nação vive o desafio de proteger seu território e deve repensar o trabalho de segurança em suas áreas de extensão. "Somos, hoje, um país totalmente inerte. Não temos Forças Armadas capazes de passar três dias em uma ação militar porque acaba a gasolina e coisas do gênero", aponta o diplomata.



Cadê o cachorro?

O caso do ex-PRF deixa dúvidas sobre o modus operandi da fuga, como os preparativos para a viagem até o Paraguai e a emissão do passaporte falso. Mas a pergunta que não quer calar é: onde está o cachorro de Silvanei Vasques? Ele teria dito aos policiais que deixou o animal com conhecidos de confiança, mas ainda não se sabe o que teria sido feito do pet.

Sobrou para geral

Como punição exemplar, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o cumprimento de 10 mandados de prisão domiciliar como forma de alertar os outros condenados pela trama golpista que tentaram fugir do país. Mas nem todo mundo foi encontrado. O presidente do Instituto Voto Legal, Carlos Cesar Moretzsohn Rocha, é considerado foragido. Procurada pela coluna, a defesa dele disse que também não conseguiu falar com o condenado. "Ao tentar contato com Carlos Rocha, ele nos telefonou, informou que havia mudado de endereço, declinou o novo e encerrou a chamada. Informamos o fato à agente da Polícia Federal", disse.

Luxo

Crises envolvendo o Banco Master continuam surgindo. Há um impasse quanto à quitação da dívida de R\$ 360 milhões do empresário francês Alexandre Allard, gerando disputas sobre quem receberá o pagamento. A operação foi realizada em dezembro de 2023 para proteger a participação do empresário no empreendimento de luxo Cidade Matarazzo, em São Paulo. A partir de fevereiro, Allard passaria a pagar R\$ 5 milhões mensais para o Master em razão da dívida.

Master

Fontes que acompanharam a negociação acreditam que o dono do banco, Daniel Vorcaro, autorizou o negócio por interesse de entrar de alguma forma no empreendimento, dado o apetite do empresário para o mercado de luxo. Caso Allard não consiga refinanciar (de novo) a dívida, o banco poderia executar cláusulas contratuais que incluam participação no negócio. Contudo, a própria fragilidade do Master torna o desfecho incerto, afinal, não se sabe a quem o francês deve pagar?

Prioridade para 2026

Diante da guerra travada pelas forças de segurança pública e o crime organizado, em franca expansão no Brasil, o líder do Solidariedade na Câmara dos Deputados, Aureo Ribeiro (RJ), está empenhado em levar para o plenário da Casa um projeto de lei que institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro). "Nossa ideia é garantir moradia digna para agentes que atuam na área de segurança pública, para que esses profissionais saibam que suas famílias estão seguras enquanto eles combatem o crime organizado", afirmou o parlamentar.

Pausa respeitada

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a suspensão das intimações em processos ordinários durante o recesso forense, entre 20 de dezembro e 20 de janeiro. No ofício assinado pelo presidente Beto Simonetti, a entidade argumenta que a prática recorrente de expedição de intimações nesse período compromete o descanso da advocacia e desvirtua a previsão legal da pausa, prevista no CPC de 2015. A solicitação é para que, durante o recesso, sejam mantidas apenas comunicações relacionadas a medidas urgentes, no âmbito do plantão judicial.

RESTOS A PAGAR

Lula veta resgate no Orçamento

Alinhado com decisão do STF, chefe do Executivo é contrário a dispositivo que renderia R\$ 3 bilhões a parlamentares



Lula e Alcolumbre: Congresso ainda analisará veto do presidente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o projeto de lei que corta benefícios fiscais em 10% e amplia a tributação sobre bets, fintechs e Juros sobre Capital Próprio (JCP) a partir de 2026.

Em compensação, o chefe do Executivo vetou uma proposta embutida no projeto para facilitar a reciclagem de verbas do orçamento secreto, por meio dos chamados "restos a pagar". A inclusão do dispositivo foi derrubada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), após questionamentos da Rede e do PSol.

A nova lei deve gerar uma arrecadação de R\$ 22,45 bilhões em 2026. A tributação sobre as bets subirá de 12% para 15%, de forma escalonada até 2028.

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para fintech, que hoje é de 9%, vai subir até 15% no mesmo período.

Investidores que recebem proventos de empresas via JCP, por sua vez, pagarão mais Imposto de Renda. A alíquota na fonte subirá de 15% para 17,5%.

Em relação ao Orçamento, o presidente vetou o dispositivo que poderia destravar até R\$ 3 bilhões em recursos de interesse dos parlamentares. São os chamados "restos a pagar" — recursos indicados em anos anteriores, mas que estavam parados porque as obras não haviam começado em tempo hábil. Pelo projeto aprovado no Congresso, os restos a pagar poderiam ser "ressuscitados" até o fim de 2026, ano de eleições.

"Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse

público, ao gerar insegurança jurídica quanto à possibilidade de execução dos restos a pagar de que trata o dispositivo", argumentou o Executivo na mensagem enviada ao Congresso.

Somente em 2024, foram cancelados R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares que não haviam sido executadas em anos anteriores, incluindo R\$ 2,2 bilhões do orçamento secreto. O cancelamento auxilia o Executivo a destravar aquele recurso para prioridades atuais.

Dispositivo semelhante foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, que ainda não foi sancionada por Lula.

Apesar do voto e da decisão de Dino, o resgate das verbas do orçamento secreto ainda está válido em uma lei aprovada pelo Congresso e

ADEMI DF
Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário

Brasília-DF, 28/12/2025

Setor reconhece importância do crédito imobiliário, mas alerta para redução de juros

Ao longo de 2025, o governo federal anunciou medidas para estimular a aquisição de imóveis em todo o país, com foco principalmente na população de classe média. O valor máximo do imóvel financiado, por exemplo, passou de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2,25 milhões. O governo também decidiu reestruturar o uso da poupança para ampliar a oferta de crédito imobiliário. Já a Caixa Econômica Federal voltou a permitir mais de um financiamento para a mesma pessoa.

Na avaliação da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI DF), as medidas são relevantes e projetam uma potencial expansão na oferta e acesso à moradia, pela ampliação do volume de recursos disponíveis, mas não respondem questões essenciais para que o sonho da casa própria ganhe maior velocidade no Brasil. Hoje, o maior desafio — tanto do empreendedor quanto do comprador — são as taxas de juros elevadas, fator crítico em

uma aquisição de longo prazo, como é a casa própria, com contratos de até 35 anos.

O juro é fator decisivo também na tomada de decisão por novos investimentos: o empreendedor assume o risco do lançamento e reduz a margem de lucro para garantir que o imóvel caiba no bolso do comprador. Essa é a realidade no Brasil e no Distrito Federal, onde construtoras, incorporadoras e loteadoras estão adiando novos lançamentos na expectativa de uma redução da taxa básica da economia.

Ampliar o volume de crédito disponível é essencial, mas as medidas não terão efeito sem que as condições para aquisição da casa própria sejam ajustadas. Esse é o grande desafio do Brasil para 2026. A redução do déficit habitacional não apenas melhora a qualidade de vida das pessoas, como cria emprego, renda e arrecadação de impostos.